



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	28.NOV.1979
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Nota do dia

Se dúvidas ainda restassem sobre a existência de uma «coligação Eanes / Pintasilgo / Soares visando impedir a vitória da Aliança Democrática no acto eleitoral do próximo domingo, bastaria para dissipá-las a conferência de imprensa ontem dada pelo último, após o seu regresso da «tournee» alentejana.

Com efeito, o dr. Mário Soares, a par de algumas afirmações características do seu estilo demagógico (como essa de ter detectado por todo o País «uma vaga de fundo a favor do PS»), repetiu que existe uma convergência entre o Partido Socialista e o Presidente da República e reafirmou a possibilidade de o PS apoiar a continuidade do Governo Pintasilgo para além das eleições, visto ser «um Governo próximo da área socialista».

As declarações de Mário Soares não chegariam, é óbvio, para provar a existência da tal «coligação», justamente denunciada pela Aliança Democrática, cujas possibilidades de uma vitória absoluta são cada vez maiores. Mas a «coligação» torna-se evidente se, às declarações de Soares, juntarmos as deslocadas «eleitoralistas» da Primeiro-Ministro a vários pontos do País, a reunião do Conselho de Ministros presidida por Eanes e as decisões demagógicas que na mesma se tomaram, o jantar oferecido pelo Presidente da República ao secretário-geral do PS e, finalmente, o encontro deste com Maria de Lourdes Pintasilgo no Alentejo.

Se é verdade que as palavras do dr. Mário Soares têm o valor que têm, para mais quando se «queimam os últimos cartuchos» de uma campanha eleitoral a muitos títulos dolorosa e frustrante para o seu partido, já os factos referidos assumem um carácter de gravidade diferente, por traduzirem uma intromissão do Presidente da República e da Primeiro-Ministro na campanha eleitoral em favor de um dos concorrentes. Intromissão que, naturalmente, merece ser firmemente condenada, por pôr em causa a isenção que se exige do Chefe do Estado e do Primeiro-Ministro de um Governo cujo programa se propunha garantir a dignidade do acto eleitoral.

Estamos certos de que os portugueses, atentos mais do que parece a estas manobras, não deixarão de dar-lhes conveniente resposta no próximo domingo.